

Notícias Sindicais, 23/04/14

Portal da CUT

Em assembleia, trabalhadores das Usinas de Santo Antônio e Jirau (RO) aprovam indicativo de greve a partir de sexta-feira (25)

22/04/2014

Categoria cobra 11% de aumento para manter as atividades

Escrito por: CUT-RO e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rondônia (Sticcero)

Cerca de oito mil trabalhadores participaram da assembleia realizada às 7h desta terça-feira (22), no canteiro de obra da Usina de Santo Antônio, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (Sticcero), com apoio da Confederação dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e Madeira (Conticom) e da CUT, e rejeitaram por unanimidade a proposta patronal. Em Jirau a decisão da categoria foi a mesma.

Os patrões ofereceram reajuste escalonado de 6,5% para os salários mais altos e 7,5% para os menores salários. Os trabalhadores querem 11% de elevação para todos os salários.

A proposta patronal de reajuste do vale alimentação em três faixas de valores, sendo a primeira de R\$ 380,00, a segunda R\$ 293,00 e a terceira R\$ 233 também foi rejeitada. A categoria cobra o valor de R\$ 410 para o benefício.

O STICCERO, diante da rejeição da proposta patronal, propôs deliberar um indicativo de greve para a próxima sexta-feira (25), caso até lá as empresas não apresentem uma proposta que seja aceitável para a categoria. Uma assembleia para apreciar uma eventual nova proposta será realizada no dia 25 às 7h. Caso a categoria rejeite, a greve começaria de imediato, pois as empresas já foram comunicados, conforme a Lei de Greve 7.783/89. A orientação clara do Sticcero, da Conticom e da CUT foi para que a categoria respeitasse a Lei de Greve, para evitar ilegalidade e punições.

A categoria acatou a orientação das entidades sindicais: em Santo Antonio, de retorno ao trabalho, que havia sido interrompido na semana passada após a empresa dispensar os empregados em função de alguns protestos espontâneos, e em Jirau, onde não houve interrupção, de dar continuidade às atividades. O entendimento do Sindicato, já manifestado em uma audiência na Justiça do Trabalho, é de que não poderá haver desconto dos dias paralisados em Santo Antônio, já que se tratou de uma medida de segurança da empresa e não de uma paralisação.

Como o Consórcio de Santo Antônio ingressou na semana passada com Dissídio de Greve, já houve uma audiência nesta segunda-feira (21) no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), sem que nova proposta fosse apresentada. Novas rodadas de negociação poderão acontecer até quinta-feira à noite.

.....

Portal da CUT

Começa nesta quarta (23) a greve e o acampamento da APP-Sindicato em frente ao Palácio Iguazu

22/04/2014

Mobilização permanente busca melhores condições de trabalho, respeito aos direitos assegurados por lei e uma educação de qualidade

Escrito por: APP Sindicato - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

Inicia nesta quarta-feira, dia 23 de abril, uma mobilização histórica dos(as) professores(as) e funcionários(as) de escola da rede pública estadual de ensino do Paraná: uma greve geral da categoria e um acampamento em frente ao Palácio Iguazu. A decisão da greve, retirada pela grande maioria presente na última assembleia dos(as) educadores(as), foi motivada pela lentidão do governo em responder demandas urgentes (a exemplo de um novo modelo de atendimento à saúde), pelo não cumprimento da palavra dada nas negociações (a exemplo da não implementação dos 33% de hora-atividade para o magistério no início do ano letivo de 2014) e pela adoção de medidas que punem a categoria (como os descontos no auxílio-transporte). Diante da insensibilidade do governo estadual, os(as) educadores(as) não tiveram opção e partem, agora, para uma greve geral por tempo indeterminado.

O acampamento, em frente ao Palácio Iguazu, será um lembrete permanente da luta dos(as) educadores(as) por melhores condições de trabalho, por respeito aos direitos assegurados por lei e pela busca de uma educação de qualidade para os(as) estudantes. Também serão realizados atos regionais, coordenados pelos Núcleos Sindicais da APP-Sindicato. O objetivo é envolver os(as) educadores(as) de todo o Paraná na mobilização, para pressionar o governo a atender a pauta prioritária da categoria. É fundamental que os(as) educadores(as) de Curitiba e Região

Metropolitana participem, em peso, do acampamento, que será um local privilegiado de divulgação da greve para toda a sociedade. Também estarão presentes, no local, representações dos (as) trabalhadores (as) da Educação do interior do Estado.

Seminário de Funcionários - No dia 25 de abril, os (as) funcionários (as) de escola têm um compromisso para lá de importante: em plena greve geral, categoria participará do Seminário Estadual de Funcionários (as) de Escola. A atividade será realizada em frente ao Palácio Iguaçu, no acampamento da greve. É fundamental a participação dos (as) educadores (as) de todo o Estado. No encontro, além do fortalecimento público do movimento grevista, os (as) funcionários debaterão os aspectos específicos da pauta de reivindicações que envolvem o segmento. Veja, abaixo, a programação:

SEMINÁRIO ESTADUAL DE FUNCIONÁRIOS(AS) DE ESCOLA

25 de abril – Sexta-feira

Manhã

08h – Café

08h30 – Apresentação cultural

09h – Abertura

09h30 – Análise e impacto do neoliberalismo na Educação

Palestrantes:

:: Fátima Silva, secretária de Relações Internacionais da CNTE e vice-presidente da Internacional da Educação na América Latina (Ieal)

:: Comberly Rodriguez, coordenador Geral da Internacional da Educação na América Latina (Ieal)

11h30 – Debate

12h30 – Almoço

Tarde

14h – Retrospectiva de Luta dos(as) Funcionários(as) de Escola

14h15 – Piso, carreira, porte de escola e formação

Palestrante:

:: José Valdivino Moraes, secretário estadual de Funcionários(as) da APP-Sindicato e integrante da Secretaria Executiva da CNTE

15h15 – Pauta de reivindicações 2014 e construção e fortalecimento da greve

Palestrante:

:: Marlei Fernandes de Carvalho, presidenta da APP-Sindicato

16h15 – Café

16h30 – Informes sobre as Conferências Estadual e Regionais de Educação

Palestrante:

:: Walkíria Olegário Mazeto, secretária Educacional da APP-Sindicato

17h10 – Encaminhamentos e comemoração do aniversário da APP-Sindicato: 67 anos de lutas e conquistas

.....

Portal da Força Sindical

Homenagem ao Dia do Metalúrgico

Mensagem de Miguel Torres, presidente da CNTM/Força Sindical e nota dos metalúrgicos de Curitiba

Para marcar a passagem do Dia do Metalúrgico, 21 de Abril, a CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) saúda a categoria, trabalhadores e dirigentes sindicais, que ao longo da história do Brasil lutaram pela democracia e por melhores condições salariais e de trabalho.

“Somos uma categoria que resistiu aos regimes autoritários, esteve à frente das lutas pela redemocratização e hoje continua mobilizada por mais direitos trabalhistas e sociais e pelo desenvolvimento econômico do País. Parabéns, metalúrgicos!”, disse Miguel Torres, presidente da CNTM, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Força Sindical.

Nota do Sindicato Metalúrgicos de Curitiba

21 de Abril – Dia do Metalúrgico

Metalurgia é o trabalho de extrair e manipular os metais a partir dos seus minérios. Hoje em dia, a grande produção metalúrgica é proveniente das grandes indústrias.

Voltando no tempo, é possível dizer que as atividades metalúrgicas remontam a seis mil anos atrás, no Oriente Médio, quando o cobre era martelado e dele se faziam pequenos utensílios domésticos. A prata também era um metal frequentemente trabalhado.

A metalurgia é um dos expoentes econômicos do Brasil, principalmente na siderurgia, com destaque para a produção de aço bruto.

Os metalúrgicos brasileiros são uma classe trabalhadora famosa por sua capacidade de se reunir para lutar por seus direitos. Foi a partir de movimentos organizados por este setor que importantes mudanças se processaram na sociedade, principalmente quando o assunto é direitos trabalhistas.

Metalúrgicos da Grande Curitiba

Atualmente, segundo o Dieese, a Grande Curitiba possui cerca de 90 mil metalúrgicos. O grande destaque desses trabalhadores são a capacidade de mobilização e o grande volume de conquista dos acordos salariais e de benefícios. Entre eles as maiores PLRs e índice de aumento real, o que tem puxado as negociações salariais para cima no Brasil, fazendo com que os trabalhadores de Curitiba estejam na vanguarda da luta por mais direitos e melhores condições de trabalho no Brasil.

Sindicalize-se

É para continuar garantindo esses acordos que o SMC nunca cansa de repetir que é preciso que toda a categoria esteja unida em torno do Sindicato. Os trabalhadores reconhecem perfeitamente a importância do envolvimento do Sindicato nas negociações salariais e de benefícios. Sabem da necessidade de fortalecer sua representação, seja no Sindicato ou nas Comissões de Fábrica. Tem consciência que é impossível fechar acordos decentes onde não há Sindicatos fortes e lideranças sindicais comprometidas com as causas dos trabalhadores.

É essa consciência que tem que nos impulsionar a buscar a sindicalização e a participação. É só através da união que é possível conseguir bons acordos. É por isso, que nosso Sindicato não se cansa de informar sobre a importância da sindicalização. Quanto mais fortalecido a representação mais será possível continuar na luta por construir uma condição mais digna de trabalho e salário para os trabalhadores.

Assim, companheiro e companheira metalúrgica, vamos dar também exemplo de conscientização. Faça também a sua parte! Sindicalize-se!

.....

Portal da Força Sindical

Metalúrgicos de Ribeirão Preto conquistam PLR que injetará mais de 175 mil reais na região

Na manhã dessa terça feira (dia 15), Edmilson Domingues, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto e Região e Coordenador Regional da Força Sindical Ribeirão Preto, realizou assembleia com mais de 150 trabalhadores e trabalhadoras.

Aprovou-se a proposta negociada e defendida pelo sindicato para a implantação de Programa de Participação nos Resultados na empresa Choperias Memo em Ribeirão Preto. O Sindicato conquistou como pagamento mínimo o piso da categoria de R\$1.166,40 para cada colaborador. O trabalhador pode conquistar valor ainda maior.

Edmilson Domingues disse que o programa de participação nos resultados, faz parte da "política permanente do sindicato, do qual, defendemos e negociamos as melhores condições para os trabalhadores e trabalhadoras", explica.

Com o programa a família metalúrgica tem a possibilidade de complementar a renda e "melhorar a qualidade de vida e bem estar dos trabalhadores, seja proporcionando mais poder compra e poupança. Além da contribuição para o movimento na economia, visto que, injetaremos, no mínimo 175 mil reais no município e Ribeirão Preto e região", disse Edmilson.

O Programa de Participação nos Resultados é garantido aos trabalhadores por lei, e deve ser negociado pelo representante dos trabalhadores: o Sindicato e a empresa, e aprovado em assembleia. É isento de tributação como FGTS, INSS e IR - a isenção do IR é para valores recebidos à título de PLR até R\$6.270,00

.....

Portal da Força Sindical

Justiça nega recurso da Zara por trabalho escravo

O juiz Alvaro Emanuel de Oliveira Simões, da 3ª Vara do Trabalho de São Paulo, negou na sexta-feira (11), recurso da empresa Zara, que tentava anular os autos de infração da fiscalização envolvendo 15 trabalhadores encontrados em condições análogas a escravidão. Em sua decisão, o magistrado afirma que, como defendido pela AGU, a empresa tem sim responsabilidade direta, critica a tentativa de caracterizar os costureiros resgatados como empregados a empresa intermediária Aha e classifica a terceirização como "fraude escancarada".

.....

Portal da CSB

21 de abril: Dia do Metalúrgico

Homenagem da CSB a uma das mais importantes categorias de trabalhadores do Brasil

O dia 21 de abril celebra o Dia do Metalúrgico. A categoria tem uma importância histórica para a classe trabalhadora e para o processo de desenvolvimento econômico do Brasil. De acordo com dados do Dieese, em 2011, o Brasil somou 2,38 milhões de trabalhadores metalúrgicos. Desse total, 82% são homens e 18% são mulheres.

Por constituírem uma das mais numerosas categorias do País, os metalúrgicos se organizaram em fortes sindicatos para lutar pelos direitos desses trabalhadores. A luta da categoria se transformou em grande força política, que fez surgir personalidades fundamentais para o cenário nacional, e que ainda hoje representam os metalúrgicos no cenário político brasileiro. O ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva é o maior exemplo dessa força.

Para o vice-presidente da CSB e tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba, José Avelino Pereira (Chinelo), os metalúrgicos são a vanguarda do movimento operário brasileiro. "O Brasil se desenvolveu com os metalúrgicos e com as empresas automobilísticas. Construímos e somos a base da economia brasileira", disse o dirigente.

A tradição sindicalista, inseparável da imagem do metalúrgico brasileiro, começou na década de 1930, quando as grandes montadoras automotivas e siderúrgicas se instalaram no Brasil. Assim, surgiu o operário industrial, o operador de máquinas, o encarregado de produção nos mais variados tipos de indústria. Nasce o metalúrgico brasileiro. Nessa mesma época começaram a se formar os principais sindicatos da categoria. "A tradição das lutas dos metalúrgicos tornou as negociações salariais mais fáceis, já que as propostas partem dos trabalhadores. O poder de negociação está com os sindicatos, e não com os patrões", afirma Avelino.

Os sindicatos dos metalúrgicos também fizeram história com a greve de 1978. Em 12 de maio daquele ano, centenas de trabalhadores da Scania cruzaram os braços e deram início a um movimento grevista que se espalhou pelo Brasil. O movimento era liderado pelo então metalúrgico Lula. "Além disso, fomos uma força importante também no movimento Diretas Já, tanto na negociação com os políticos como na organização da manifestação", lembrou o vice-presidente.

Perfil do Metalúrgico

Nos dias de hoje, os metalúrgicos atuam em diversas áreas dentro das empresas. Os de conhecimento técnico e especializado atuam no chamado "chão de fábrica", dando forma e acabamento às mais diversas formas de metais e produtos. Já os que possuem formação superior e científica – o engenheiro metalúrgico – ocupam-se da extração de minérios, da sua transformação em metais e ligas metálicas e da sua utilização na produção de máquinas, estruturas metálicas ou peças.

A CSB apoiará sempre a luta dos metalúrgicos e parabeniza a categoria pelo seu histórico de lutas e conquistas.

.....

Portal Mundo Sindical

Trabalho temporário no IBGE é criticado

O Assibge (Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE) critica o excesso de profissionais terceirizados atuando no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com a entidade, esse tipo de prática, que deveria ser esporádica, já se tornou política habitual no órgão. "Os temporários deveriam ser utilizados apenas em situações especiais, mas já viraram parte do corpo, sem eles hoje o IBGE simplesmente para, não tem como funcionar. Eles só deveriam ser contratados em períodos de pesquisas do Censo, porque aí não tem jeito mesmo, é um processo muito grande", afirmou Bianca Schmid, coordenadora do núcleo São Paulo do sindicato.

Ela explica ainda que atualmente a força de trabalho com atuação temporária gira em torno de 50% do total de empregados do IBGE. O próprio instituto confirma os dados. Os dados de fevereiro de 2014 mostram que são 5.903 servidores efetivos e 4.454 por tempo determinado.

Em nota, o órgão limitou-se a dizer que "recorre a funcionários temporários sobretudo para a realização do trabalho de campo, seja na coleta de dados para as pesquisas e indicadores da diretoria de pesquisas, seja nas tarefas de mapeamento da diretoria de geociências".

No entanto, de acordo com o sindicato, vários trabalhadores temporários também acabam exercendo funções de supervisão de pesquisa. "Eles fazem o mesmo trabalho de qualquer funcionário efetivo, só que não possuem os mesmos benefícios. Hoje o salário de um temporário é 1/3 do salário de uma pessoa concursada, sendo que eles acabam até mesmo fazendo trabalho de supervisão", contou Bianca. Ela ressaltou que o sindicato não apoia a contratação automática dos temporários. Para o Assibge, as respectivas vagas deveriam ser preenchidas por meio de concurso público, com alguma pontuação para quem já possui experiência.

Fonte: Diário de São Paulo - 22/04/2014

.....

Diap, 23/04/14

Motoristas de transporte público poderão ter direito a aposentadoria especial

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado pode votar, nesta quarta-feira (23), projeto que assegura aos motoristas de transporte público – municipal, intermunicipal e interestadual de caráter urbano – a possibilidade de receber aposentadoria especial. Para isso, o PLS 267/13 propõe mudanças na Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social – Lei 8.213/91 para incluir os trabalhadores que exercem atividades penosas entre os que têm direito ao benefício.

A proposta define como penosas as funções que demandam esforço físico, concentração ou atenção permanentes e que produzam um grau de estresse nocivo à saúde. O autor do projeto, senador Alfredo Nascimento (PR-AM), argumenta que os que trabalham sob essas condições sofrem desgaste físico e mental mais intenso do que os que exercem outras profissões. “Além disso, os danos à saúde do trabalhador incidem indiretamente sobre toda a sociedade, que é obrigada a arcar com custos maiores de seguridade social e de saúde do trabalhador”, afirma na justificativa do projeto.

Exame Nacional de Proficiência em Medicina

Outra proposta que pode ser votada na Comissão de Assuntos Sociais é a que institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício da profissão de médico. O PLS 217/04, do ex-senador Tião Viana (PT-AC) e atual governador do Acre, estabelece que o exame aconteça em duas etapas: a primeira no final do segundo ano curricular e a outra na conclusão do curso.

O relator da proposta, Cyro Miranda (PSDB-GO) explicou ser necessário a adoção de mecanismos que garantam a boa formação dos profissionais de saúde.

Carteira de Trabalho

A CAS deve examinar também uma proposta que permite ao trabalhador o direito de escolher se quer que a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) seja em meio eletrônico e não apenas em papel, como atualmente.

Autor do PLS 466/13, o senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), explicou que a ideia é modernizar esse documento e facilitar as relações trabalhistas. (Fonte: *Agência Senado*)

.....

Diap, 23/04/14

Aprovado no Senado, marco civil da internet segue à sanção

O Senado aprovou sem alterações o marco civil da internet (PLC 21/14). Embora a oposição tenha firmado a necessidade de mais tempo para discussão sobre o tema, manobra regimental do governo possibilitou a inversão de pauta e colocou o projeto como primeiro item da Ordem do Dia desta terça-feira (22). O interesse da base foi a aprovação rápida e sem emendas para que o projeto vire lei durante o seminário Netmundial, que ocorrerá em São Paulo a partir desta quarta-feira (23).

Assim que for publicado, o projeto irá para sanção da presidente da República, Dilma Rousseff. Ele estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para internautas e provedores na rede mundial de computadores no Brasil.

Mais cedo, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), garantiu que haverá oportunidade de ajustes do texto no futuro, por meio de medida provisória. De manhã, duas comissões permanentes haviam aprovado o projeto – a de Constituição e Justiça (CCJ) e a de Ciência e Tecnologia (CCT). A terceira comissão de mérito pela qual o projeto deveria passar foi a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que deu seu parecer já no plenário.

O relator ad hoc, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), destacou que o projeto é fruto de um amplo ciclo de debates e consultas feitos, inclusive, pela rede de computadores. De acordo com ele, o marco civil foi construído pelos usuários num processo inovador, inclusivo e democrático.

– O resultado foi um texto maduro, equilibrado e inteligente, que balanceia os direitos e obrigações dos usuários – disse Ferraço.

Ele lembrou que hoje os administradores de sites de hospedagem podem retirar conteúdos mediante notificações. A partir da nova lei, isso terá de ser feito apenas por determinação judicial. Na opinião dele, o Brasil está dificultando a ação de hackers e serviços de espionagem de dados e comunicações.

– Essa é uma norma legal para coibir a cooperação das empresas de internet com agências e serviços de espionagem eletrônica, como a norte-americana NSA. A evolução tecnológica tornou difícil, senão impossível, a plena garantia da privacidade online. Mas o sigilo das comunicações pela

internet estará certamente mais protegido com as novas regras para guarda e disponibilização de dados pessoais.

Ferraz concordou que o texto merecia mais análise, mas disse que está satisfeito com a promessa feita por Braga de que ele poderá ser revisado mais tarde. O senador Walter Pinheiro (PT-BA) também considerou a hipótese:

- Este é um conjunto de diretrizes que aponta para o ordenamento do uso da internet. Aperfeiçoamentos podem ocorrer, futuramente.

No debate, Pinheiro lembrou que a sobrevivência tem sido difícil para os pequenos provedores de internet. Os que dominam o mercado, afirmou, estão ligados a grandes empresas de telecomunicações.

- A neutralidade determina o caminho e a qualidade do serviço prestado, tendo em vista o direito do cidadão. O marco civil permite completar a obra de liberdade de comunicação e a quebra de monopólios que tínhamos no país – explicou.

Tramitação

Encaminhado pela Presidência da República em 2011, o marco civil foi aprovado na Câmara dos Deputados no final de março deste ano, depois de estar em pauta por dois anos. No Senado, o texto já chegou com pedido de urgência constitucional, ou seja, com prazo de 45 dias para análise. Não levou nem um mês para ser votado.

A proposta começou a ser discutida em 2009 e foi elaborada pelo governo tendo como base o documento “Princípios para a governança e o uso da internet”, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). O texto, que passou por consulta pública entre 2009 e 2010, busca estabelecer uma regulamentação geral sobre o uso da internet. (Fonte: *Agência Senado*)

Diap, 23/04/14

Semana mais curta, mas não menos intensa no Congresso

No Senado Federal, pode ser votado o Marco Civil da Internet. Na Câmara, o Conselho de Ética pode votar parecer preliminar a favor da cassação do deputado André Vargas (PT-SP). Depois, a matéria segue para o plenário onde terá apreciação em votação aberta. Na quarta-feira (23), a presidente Dilma Rousseff participa de seminário internacional sobre governança na internet. Autoridades brasileiras vão a Buenos Aires para tentar destravar as exportações de automóveis para a Argentina.

Dilma Rousseff

A presidente Dilma Rousseff vai anunciar, nesta quarta-feira (23), durante evento em São Paulo com representantes de dezenas de países, uma proposta de governança global da internet, seguindo o Marco Civil da Internet, em discussão no Senado. O objetivo do governo brasileiro é envolver os demais países numa discussão para reduzir o peso dos governos na regulação e governança da rede mundial. Um dos principais temas a ser levado por Dilma à conferência é o da privacidade.

Salário mínimo

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado vai realizar, nesta terça-feira (22), às 14h30, audiência pública para instruir o PLS 31/14, que dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo de longo prazo, estabelecendo os parâmetros de reajuste para o período de 2016 a 2019; altera a Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. O projeto de lei é de autoria dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Foram convidados o presidente do Ipea, Marcelo Neri e os presidentes das centrais sindicais - CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CTB, CSB, CGTB e Conlutas.

PSDB

A Executiva Nacional do PSDB se reúne na terça-feira. Durante o encontro, os presidentes dos diretórios estaduais do partido aprovarão a indicação de Aécio Neves como candidato da legenda à presidência da República. Além de criar um fato político em favor de Aécio, o gesto pretende aumentar seu poder de negociar alianças estaduais.

Setor automotivo

O ministro do Desenvolvimento, Mauro Borges, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Caffarelli, têm reunião marcada com autoridades argentinas para tentar destravar as exportações de automóveis para o país vizinho. De acordo com a Anfavea, o setor automotivo brasileiro está preocupado com a situação argentina e o objetivo da reunião é operacionalizar o memorando de entendimento assinado em março, que pode normalizar o fluxo das vendas. De acordo com a entidade, houve queda de 32% nas exportações totais brasileiras de automóveis no primeiro trimestre do ano.

Investimento estrangeiro

Na sexta-feira, o Banco Central (BC) divulga o Investimento Estrangeiro Direto (IED) em março no Brasil. Durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o presidente do BC, Alexandre Tombini, afirmou que o Brasil recebeu US\$ 8 bilhões em investimentos estrangeiros de diversas modalidades, incluindo IED, aplicações em ações e títulos de renda fixa e empréstimos. O IED no Brasil, em fevereiro, somou US\$ 890 milhões. Nos primeiros dois meses do ano, acumula US\$ 5,704 bilhões.

Ana Rosa Kucinski

Nesta terça-feira (22), às 15h, o Instituto de Química da USP inaugura monumento em homenagem a Ana Rosa Kucinski. Sequestrada e morta pela ditadura há 40 anos, Ana foi então demitida da USP por abandono de emprego.

Fernando Collor

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para quinta-feira (24) o julgamento da ação penal que envolve o senador Fernando Collor (PTB-AL), acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) dos crimes de peculato e corrupção passiva. As acusações referem-se ao período em que Collor foi presidente da República, entre 1991 e 1992. A denúncia contra o ex-presidente foi recebida pela Justiça de primeira instância em 2000 e chegou ao STF, em 2007. O processo foi distribuído para o ministro Menezes Direito, mas com morte do magistrado, em 2008, o processo passou para relatoria da ministra Cármen Lúcia.

Petrobras

Com o tema, "Defender a Petrobras é defender o Brasil", as frentes parlamentares em Defesa da Petrobras, presidida por Luiz Alberto (PT-BA), e do Fundo Social do Pré-Sal, coordenada pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ) realizam quarta-feira (23) ato público em defesa da estatal. O objetivo é defender a soberania nacional contra os ataques que a empresa vem sofrendo por parte dos partidos da oposição (PSDB e DEM) nas últimas semanas. "Querem entregar o petróleo brasileiro às multinacionais do setor. Vamos reagir convocando esse ato político para mobilizar a sociedade brasileira em defesa desse patrimônio", enfatizou Luiz Alberto.

CPI da Petrobras

O Congresso aguarda decisão da ministra Rosa Weber, do STF, para definir quantas CPIs haverá para investigar denúncias de corrupção, cada qual envolvendo partidos com candidatos à Presidência da República. Existe uma proposta de CPI ampla, apoiada pelo PT, PMDB e outros partidos da base aliada, e uma proposta da oposição por uma CPI exclusivamente para investigar denúncias envolvendo a Petrobras, apoiada pelo PSDB, PSB, DEM e PSol, dentre outros.

Coalizão pela reforma política

Terça-feira (22), às 15 horas, deputados lançam a Coalizão Parlamentar pela Reforma Política Democrática, na Câmara dos Deputados, segundo informações da assessoria da Liderança do PCdoB na Casa. O lançamento será precedido de entrevista coletiva, promovida pela Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas. A líder do PCdoB na Câmara, deputada Jandira Feghali (RJ), fala sobre a posição do partido em relação a reforma política. De acordo com a deputada, a bancada quer discutir reforma profunda do sistema eleitoral.

54 anos de Brasília

Numa iniciativa da deputada Erika Kokay (PT-DF) e do deputado Policarpo (PT-DF), entre outros parlamentares, a Câmara realiza sessão solene, nesta terça-feira (22), às 9h30, em homenagem ao 54º Aniversário de Brasília. A capital federal foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960 pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek.

Diretas Já

Na sexta-feira (25), completa-se 30 anos de quando o Congresso rejeitou a Emenda Dante de Oliveira, que propunha a volta da eleição direta para presidente da República. A proposta mobilizou o movimento das Diretas Já, mas, na Câmara, não conseguiu os 320 votos necessários para a sua aprovação.

Advocacia Pública

Em ato que vai ser realizado nesta terça-feira (22), às 14h, o Movimento Nacional pela Advocacia Pública, que representa os advogados públicos nas esferas federal, estadual e municipal pretende pressionar o presidente da comissão especial, deputado Alessandro Molon (PT-RJ) para votar a matéria (PEC 82/07) no colegiado. O objetivo é garantir que a matéria seja aprovada na comissão e submetida ao plenário ainda neste semestre. Das carreiras que compõem as funções essenciais à Justiça, a Advocacia Pública é a única que ainda não possui autonomia para exercício independente de suas atribuições.

PSC na TV

Propaganda partidária de rádio e TV do PSC, partido de Marcos Feliciano e do pastor Everaldo, possível pré-candidato à presidência. Legenda terá, na quinta-feira (24), 10 minutos para dar seu recado em cadeia nacional de rádio e TV.

PCdoB na TV

Partido continua com inserções diárias do programa partidário de rádio e TV – até quinta-feira (24). *(Com Arko Advice)*

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

Nesta semana

- Ministro do Desenvolvimento, Mauro Borges, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Caffarelli, viajam para Buenos Aires, na Argentina, a fim de tentar destravar as exportações de automóveis para o país vizinho.

- Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, decide se José Dirceu pode ou não ser autorizado a trabalhar fora do presídio da Papuda, no Distrito Federal.

Segunda-feira (21)

- Feriado nacional de Tiradentes.

Terça-feira (22)

- Ex-presidente Lula viaja para a Espanha para receber o título de doutor honoris causa da Universidade de Salamanca.

- Reunião da Executiva Nacional do PSDB, quando os diretórios regionais do partido devem aprovar a formalização da indicação do senador Aécio Neves (MG) como candidato do partido à Presidência.

- Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a de Constituição e Justiça do Senado podem votar o Marco Civil da Internet.

- Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara pode votar o parecer preliminar do relator, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), sobre o processo contra o deputado licenciado André Vargas (PT-SP).

- Comissão Externa que investiga a SBM Offshore e a Petrobras se reúne com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, e equipe técnica.

- Comissão de Legislação Participativa da Câmara realiza audiência pública sobre a liberdade tarifária das companhias aéreas. Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz; o diretor de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas, Victor Celestino; e o promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor do Ministério Público do DF e Territórios, Leonardo Roscoe Bessa.

- Comissão Mista sobre a MP 634/13, que isenta importadores de álcool do pagamento de PIS/Pasep e Cofins, pode votar o parecer do relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

- Programa "Mais Médicos" inicia sua quarta fase contratando quase quatro mil novos médicos. Com isso, o Sistema Único e Saúde (SUS) passa a contar com mais de 13 mil médicos, desde o início do programa.

- Chapa Eduardo Campos/Marina Silva inicia caravana que pretende percorrer cerca de 150 cidades. O roteiro começa por Florianópolis e Chapecó, em Santa Catarina.

- Discussão e votação do parecer preliminar sobre o processo contra o deputado André Vargas (PT-PR), no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Leitura.

- Prazo final, dado pelo Ministério Público de São Paulo, para que a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento de Águas e Energia do Estado (Daee) e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb) deem informações sobre as medidas para a preservação da água e o uso emergencial do chamado "volume morto" do Sistema Cantareira. O MP pressiona pelo início imediato do racionamento, considerado pelo órgão como uma melhor opção do que a de uso do volume morto.

Quarta-feira (23)

- Ex-presidente Lula recebe o título de doutor honoris causa da Universidade de Salamanca, na Espanha. Depois viaja a Portugal, onde se reunirá com o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho e com o presidente Aníbal Cavaco Silva.

- Presidente Dilma Rousseff participa da cerimônia de abertura da Conferência Internacional sobre Governança na Internet, em São Paulo.

- Frente Parlamentar Mista em Defesa das Pequenas Centrais Hidrelétricas e Microgeração promove Seminário Nacional sobre as Pequenas Centrais Hidrelétricas e Microgeração.

- Comissão de Finanças e Tributação da Câmara tem reunião mensal, reservada aos parlamentares, com o diretor de Fiscalização do Banco Central, Anthero de Moraes Meirelles, para discutir a saúde financeira dos bancos que fazem parte da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC).

- Comissão de Turismo da Câmara promove debate sobre os preços das passagens aéreas no Brasil com o superintendente de Regulação Econômica da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Ricardo Bisinotto Catanant; o presidente da Azul Linhas Aéreas Brasileiras, José Mário Caprioli; e o presidente da Avianca, José Efromovich.

- STJ julga processos que dizem respeito a perdas nos rendimentos de cadernetas de poupança, decorrentes de planos econômicos das décadas 1980 e 1990. Outros processos estão em julgamento no Supremo Tribunal Federal, que analisa a constitucionalidade dos planos.

- Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, vai à Câmara dos Deputados falar a respeito das denúncias envolvendo contratos da Petrobrás com a SBM Offshore (empresa que aluga navios à estatal).

- Senado sabatina os três indicados ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Concorrem à vaga dois consultores do Senado e um auditor de controle externo do próprio TCU. As indicações substituem a do senador Gim Argelo (PTB-DF), alvo de denúncias em vários processos.

Quinta-feira (24)

- Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara discute a desindustrialização na Indústria Nacional de Vestuário com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos; o superintendente regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal, José Oleskovicz; o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e representante da Confederação Nacional da Indústria, Marcos Guerra.

- Comissões de Educação e de Cultura da Câmara dos Deputados realizam debate sobre os reflexos do golpe de 1964 na educação brasileira. Foram convidados para o debate o sociólogo e cientista político Emir Sader; o sociólogo Sadi Dal Rosso, da Universidade de Brasília; o presidente do PCdoB, Renato Rabelo; o presidente do Instituto Paulo Freire, Moacir Gadotti; e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (RN), Marcos Guerra. No Plenário 10 da Câmara, às 9h.

- Guaranis de São Paulo organizam manifestação em frente ao Masp e que prossegue em marcha pela avenida Paulista, a partir das 17h. Os indígenas querem a demarcação de seus territórios.

- STF analisa denúncia contra o ex-presidente Collor de Melo, recebida em primeira instância do Judiciário no ano de 2000, portanto, já após o impeachment. As denúncias correram separadamente ao processo anterior ao impeachment, pelo qual Collor foi inocentado por falta de provas. Dessa vez, o processo chegou ao STF em 2007.

Sexta-feira (25)

- Ex-presidente Lula participa, em Portugal, de cerimônia em memória dos 40 anos da Revolução dos Cravos.

- Banco Central divulga Investimento Estrangeiro Direto (IED) em março.

- Há 30 anos (1984), o Congresso rejeitava a proposta de emenda à Constituição (PEC), de iniciativa do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), que reinstituiria a eleição direta para presidente da República. A proposta mobilizou o movimento das Diretas Já, mas, na Câmara, não conseguiu os 320 votos necessários para a sua aprovação. Na contagem final, 298 deputados votaram a favor. A emenda foi derrotada pelos 65 que votaram contra, os 112 ausentes e os três se absteram.

Sábado (26)

- Marcha da Maconha, em várias capitais, pede a liberação da droga para o consumo individual.

- Início das inserções do programa partidário de rádio e TV do PTB – até a próxima terça-feira (29).

.....

Diap, 21/04/14

Cresce o custo de desoneração da folha de pagamentos

Responsável por fazer o governo deixar de arrecadar R\$ 13,2 bilhões no ano passado, a desoneração da folha de pagamento está trazendo maiores custos para o Tesouro Nacional em 2014. Nos dois primeiros meses do ano, a renúncia fiscal correspondeu a mais que o dobro do registrado no mesmo período de 2013.

Segundo dados mais recentes da Receita Federal, o governo deixou de arrecadar R\$ 3,59 bilhões em janeiro e fevereiro por causa da desoneração da folha, contra R\$ 1,6 bilhão nos mesmos meses do ano passado. A principal responsável pela diferença foi a inclusão de 16 setores da economia que não contavam com o benefício fiscal no início de 2013.

Em julho do ano passado, dez setores da indústria, do comércio e de serviços, além da construção civil, entraram na desoneração. Em janeiro deste ano, cinco segmentos ligados ao transporte e as empresas jornalísticas também passaram a fazer parte do novo sistema de contribuição para a Previdência Social.

O novo regime começou a ser adotado em 2011 para estimular o emprego e evitar demissões nas indústrias de couro e calçados, nas confecções e nas empresas de call center e de tecnologia da

informação. Atualmente, 56 segmentos da indústria, do comércio, dos serviços e dos transportes são beneficiados pela desoneração da folha.

Em vez de pagarem 20% da folha de pagamento como contribuição patronal à Previdência Social, os setores beneficiados pela desoneração passaram a pagar 1% ou 2% do faturamento, dependendo da atividade. A mudança beneficia principalmente as empresas intensivas em mão de obra (que dão mais emprego). Como as alíquotas são mais baixas do que os níveis que manteriam a arrecadação da Previdência, a desoneração implica custos para o governo.

De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, a alíquota neutra que não traria impacto na arrecadação federal – seria 2,2% em média. Para algumas atividades, no entanto, a alíquota neutra chegaria a 4,6% do faturamento.

A desoneração da folha não aumenta o déficit da Previdência porque o Tesouro Nacional compensa o INSS com a diferença de arrecadação e assume as despesas do novo regime. Além disso, no caso da indústria, os produtos importados dos segmentos beneficiados tiveram PIS/Cofins reajustado em um ponto percentual. (Fonte: *Correio do Brasil*, com Abr)

.....

Diap, 21/04/14

Blogueiros que entrevistaram Lula sofrem pressão comercial d'O Globo

O assédio determinado pela redação do diário conservador carioca O Globo a anunciantes de veículos de comunicação que discordam de seu ponto de vista editorial poderá levá-lo às barras dos tribunais, pela publicação da matéria intitulada A entrevista dos camaradas: saiba mais sobre os 'blogueiros progressistas', publicada na edição desta quinta-feira. Assinado pelas repórteres Barbara Marcolini e Thais Lobo, o texto demonstra a aversão do jornal – que integra o império editorial da família Marinho – à concorrência.

Mesmo que os anunciantes procurados pelas repórteres mantenham seus contratos publicitários nos veículos citados na matéria, ainda assim pesa sobre as Organizações Globo o risco de um processo judicial, nos moldes daqueles com que fustigam jornalistas como Miguel do Rosário, do blog O Cafezinho, que não temem o enfrentamento com a maior empresa de comunicação do país. Rosário revelou a dívida de cerca de R\$ 1 bilhão da Globo na Receita Federal.

– Não é necessário que algum dos clientes dos blogs e publicações citados cancele o contrato de publicidade. Basta que a empresa, pública ou privada, pressionada comercialmente pelas Organizações Globo reclame, para que os veículos de comunicação citados na matéria possam propor uma investigação sobre a existência de possível crime, que é o da concorrência desleal.

Um processo desses inclui perdas e danos, lucros cessantes, danos morais e danos indiretos, entre outras consequências – afirmou um advogado ouvido pela reportagem do Correio do Brasil, em condição de anonimato.

Em outras palavras, se fosse o inverso e os blogueiros “camaradas” passassem a procurar os anunciantes das Organizações Globo, alertando-os para o risco de anunciar nas rádios, jornais e tevês de uma empresa que apoiou o golpe de 1964 e a ditadura civil militar que se seguiu, estariam passíveis de se ver em um emaranhado judicial. Sobram provas, no entanto, de que as jornalista d'O Globo ligaram para os anunciante de um dos veículos de comunicação citados, em uma inquisição que nem mesmo a repórter Lobo soube explicar direito o porquê de agir desta forma.

– Não vejo sentido em se fazer uma matéria que repercute outra matéria – disse ela ao CdB, recusando-se a responder à pergunta sobre o objetivo da pauta que expôs a suspeitas infundadas instituições comerciais e governamentais citadas na matéria que assina. A repórter, no entanto, disse que fez seu trabalho baseada em “algo que acredito”, embora tenha se negado a especificar que crença é essa na qual se baseou na tentativa de eliminar a concorrência.

Segundo o jornalista Renato Rovái, um daqueles “blogueiros progressistas” que entrevistaram, na semana passada, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um texto publicado nesta quinta-feira, revela que as repórteres do jornal O Globo “procuraram quase todos os anunciantes da (Revista) Fórum neste momento. (...) E as perguntas eram em tom de interrogatório policial. Na linha do ‘por que vocês anunciam num veículo como este?’ e o ‘o que vocês ganham anunciando num veículo como este?’”.

“O Globo inaugurou dessa forma o macartismo comercial. Como não consegue controlar a internet a ponto de nos tirar do ar, como não consegue impedir que nossos veículos parem de crescer e se tornem cada mais importantes, como só perdem espaço no espectro comunicacional, vão tentar nos sufocar pelo bolso. Eles realmente não nos conhecem...”, acrescentou o editor da Revista Fórum, que circula há mais de uma década nas versões online e impressa.

“Após uma insinuação de Merval (Pereira) e (Carlos Alberto) Sardenberg na Rádio CBN de que os blogueiros (ou “alguns” como prefere a jornalista Barbara Marcolini) que foram à entrevista com Lula são corruptos, O Globo decidiu colocar duas de suas mais ‘importantes’ jornalistas

investigativas em campo para apurar mais sobre os 'camaradas' que entrevistaram o ex-presidente na semana passada", acrescentou.

Ainda segundo Rovái, "na apuração, a imaginativa repórter Thais Lobo descobriu que este blogueiro, por exemplo, é doutorando em Comunicação pela UFABC, mestre pela USP, tem 28 anos de profissão e alguns livros publicados. Que já trabalhou em diversos veículos de comunicação, incluindo as organizações Globo, e que também é professor de Jornalismo na considerada por muitos rankings como a melhor faculdade do Brasil, a Cásper Líbero. Mas eis que na matéria apareço como um sujeito que trabalhou com política no Diário de São Bernardo. A imaginativa repórter precisava colocar a palavra São Bernardo em algum momento do texto talvez para me tornar mais 'camarada' de Lula. E aí inventou um jornal que eu nunca ouvi falar para dizer que trabalhei nele. Eu trabalhei no Diário do Grande ABC, que existe e não é fruto da imaginação de globetes. Alvissaras. O Globo é mesmo Fantástico".

"Mas a Thais me gravou por 22m50s. E eu também a gravei. E a avisei disso antes e também na hora que começamos a conversa. Fiz assim porque prezo minha profissão e não gravo nem malandro e nem jornalista de O Globo clandestinamente. Sempre fiz todas as minhas apurações às claras. Entre outras coisas entreguei a ela os números de audiência do site da Fórum. Ou seja, os 5 milhões de page views ao mês. E fui generoso. Dei a fonte pra ela checar a informação, o ComScore, que é utilizado pelas agências de publicidade para direcionar investimentos no digital. Essa audiência nos coloca hoje entre os sites mais lidos do Brasil de informação e análise política. E anunciar na Fórum é ótimo, barato e muito melhor do que jogar dinheiro fora em veículos sem credibilidade e reputação. Tanto que a Fórum em pesquisa realizada pela Revista Imprensa ficou em segundo lugar entre as revistas com maior engajamento em redes no Brasil. Anunciar na Fórum é algo defensável sob todos os aspectos técnicos. Nosso CPM (Thais, você sabe o que é isso?) é honestíssimo", pontuou Rovái.

O mais interessante de tudo isso, segundo o professor e editor da Revista Fórum, "é que O Globo botou a Thais atrás de mim porque o Sardenberg e o Merval podem ser processados (...) por terem insinuado que os blogueiros que foram entrevistar o Lula são corruptos".

- Dessa vez, O Globo perdeu completamente o horizonte da reputação - concluiu Rovái ao CdB. (Fonte: *Correio do Brasil*)

.....

Diap, 21/04/14

Levante Popular protesta contra torturadores e a Rede Globo

Cerca de três mil jovens fizeram acampamento no Parque Cemucam (Centro Municipal de Campismo), localizado na divisa de São Paulo e Cotia. O 2º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude acontece entre os dias 17 e 21 de abril, no km 25 da Rodovia Raposo Tavares.

O evento auto-construído e colaborativo contará com mesas de formação política para os jovens militantes e dezenas de oficinas, com técnicas de agitação e propaganda utilizadas nas ações do movimento.

Delegações de 20 estados estarão presentes, além de representantes de outros países da América Latina, como Venezuela, Cuba, Uruguai e Argentina.

Levante Popular da Juventude

O Levante Popular da Juventude é um movimento social composto por jovens de todo o Brasil, que vivem na periferia dos centros urbanos, atuam em escolas e universidades e participam de movimentos sociais do campo.

Surgido no Rio Grande do Sul em 2006, o movimento se nacionalizou em 2012, após o primeiro Acampamento Nacional, ocorrido em Santa Cruz do Sul (RS) e atualmente, o Levante está organizado em 20 estados. São exemplos de suas ações os escrachos realizados contra torturadores da ditadura militar, a luta por cotas nas universidades públicas, os atos "Fora Globo" pela democratização da comunicação, o ato contra o "propinoduto tucano" e, mais recentemente, os "rolezinhos" contra as encoxadas no metrô de São Paulo.

A bandeira política do movimento se traduz no chamado Projeto Popular, que representa uma profunda transformação da sociedade.

O movimento pretende enfrentar a relação de exploração e exclusão em que estão calcadas as estruturas políticas, econômicas e sociais do Brasil.

Por isso, o movimento faz lutas para enfrentar a concentração de terras na área rural, o oligopólio dos meios de comunicação, a precarização ou privatização crescente dos serviços públicos de saúde, educação e transporte, a especulação financeira e imobiliária dos centros urbanos, bem como no machismo, no racismo e no preconceito nitidamente existentes nas relações sociais pretéritas e atuais.

Em suas articulações com outros movimentos, o Levante cultiva relações com movimentos da Via Campesina, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). (Fonte: *CdB, com ACS-SP*)

.....

Portal da CUT

Governo boliviano anuncia aumento real de 13,5% no salário mínimo

22/04/2014

Presidente Evo Morales já havia garantido 14º salário quando crescimento do país superar 4,5%

Escrito por: Leonardo Wexell Severo

O presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou na segunda-feira um aumento nominal de 20% no salário mínimo nacional para 2014, o que representa um ganho real de 13,52% frente à inflação de 6,48%. Para os demais salários, o aumento real será de 3,52%.

Evo expressou seu respeito e admiração pelos dirigentes sindicais que “se preocupam com os que ganham menos” e explicou que a política de valorização do salário mínimo é uma das prioridades do seu governo, que está atento às demandas sociais e à melhoria dos aspectos produtivos e da legislação trabalhista.

Resultado da ampliação do poder de compra e dos investimentos do Estado no desenvolvimento do mercado interno, ocorrido nos últimos anos, apontou o presidente, “a economia da Bolívia cresceu mais de 6% nestes primeiros meses e estou seguro de que seguirá melhorando”.

Os índices de reajuste salarial foram divulgados pelo presidente após encontro com lideranças da Central Operária Boliviana (COB). “Foi uma reunião onde discutimos o crescimento econômico, onde os trabalhadores entendemos a responsabilidade da administração do país e o governo as necessidades dos assalariados e não assalariados”, declarou Juan Carlos Trujillo, principal dirigente da COB.

Na contramão, o presidente da Confederação de Empresários Privados da Bolívia, Daniel Sánchez, “preveniui” o governo sobre os “efeitos negativos” que a medida gera na “saúde das empresas” e na “competitividade da nossa produção, atentando assim contra a geração de novas fontes de trabalho para benefício dos bolivianos”. No final de 2013 a entidade empresarial havia protestado contra a nova legislação, que prevê critérios redistributivos de renda como o pagamento de um décimo quarto salário todo ano que o país cresça a níveis superiores a 4,5%.

Conforme levantamento do Instituto Nacional de Estatística (INE), a Bolívia tem 1,89 milhão de trabalhadores assalariados e uma população de 10 milhões de habitantes.

.....

Monitor Mercantil

O direito dos investidores acima da democracia

22/04/2014 - 16:58:09

Processos poderão desencadear um boom de contenciosos

Zurique – “Nada desejamos mais que um acordo de livre comércio entre Europa e Estados Unidos”. Isto declarava a chanceler alemã, Angela Merkel, em fevereiro de 2013, absolutamente coordenada então com o presidente norte-americano, Barack Obama, e com o presidente da Comissão Europeia – órgão executivo da União Europeia (UE) – José Manuel Durão Barroso.

No início do ano passado, vários “figurões” políticos e e da área econômica divinizavam a idéia de um acordo interatlântico de livres transações (TTIP), calculando suas vantagens, mencionando a criação de milhões de novos postos de trabalho e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em ambas as margens do Oceano Atlântico.

A idéia não é nova. Trata-se de remendo de uma idéia que surgiu pela primeira vez no início da década de 1990, com o suspeito codinome de “Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) Econômica”, mas não avançou porque o ônus das negociações incluía o apoio da sempre agonizante Organização Mundial do Comércio (OMC).

A partir de meados de 2013, com a delimitação da cada vez mais forte presença da China, EUA e UE iniciaram as primeiras negociações, a portas fechadas, preparadas por um grupo de trabalho liderado pelo representante do comércio dos EUA, Ron Kirk, e pelo comissário do comércio da UE, Karel de Gouth. Tudo parecia que avançava com base em pretensões estabelecidas.

Entretanto, ninguém atribuía importância alguma aos temores das organizações de consumidores na Europa, as quais afirmavam que, com a formalização do TTIP, iriam “comer frangos mofados, carnes tratadas com hormônios e transgênicos sem identificação, e sequer nos correspondentes temores norte-americanos por causa da velocidade com que estão sendo

concedidas licenças de comercialização aos medicamentos europeus, ou por causa da ocorrência – de tempos em tempos – de casos de vacas loucas no Velho Continente.

“Exagero”, era a monótona reação oficial, enquanto Gouth garantia, em tom de declamação de tragédia grega, que “nenhum modelo europeu será sacrificado no altar do acordo”.

Letras miúdas

Após o verão passado, surgiu Edward Snowden com suas revelações sobre as “escutas” da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA não só de personalidades políticas, mas também de empresas (a denominada “espionagem industrial”).

Imediatamente, Vivian Reding, comissária de Justiça da EU, pediu o congelamento das negociações, enquanto, repentinamente, muitos começaram a ler com atenção o conteúdo do TTIP e, finalmente, os veículos de comunicação acordaram e atribuíram a necessária importância às objeções de juristas e economistas, às quais, até então, ninguém dava a menor importância.

A objeção básica era que o TTIP limita a democracia, considerando que atribui direitos em excesso aos investidores. No altar de proteção dos investimentos estrangeiros sacrifica-se o direito dos eleitos representantes de um país – deputados e governantes – de alterarem políticas. E permite-se aos investidores que julgam feridos seus interesses recorrerem a um arbítrio livre de qualquer controle democrático e público em busca de seus direitos.

Em outras palavras, o “vivo” acordo de transações livres – isto é, um acordo de livre comércio que será revisto permanentemente – busca que qualquer projeto de lei deverá ser, antecipadamente, submetido a controles para verificar-se se terá “consideráveis consequências sobre o comércio interatlântico e sobre os investimentos estrangeiros”.

Exemplo: se um país europeu decidir que deseja modificar sua legislação ambiental ou algumas leis de proteção dos consumidores e até sua legislação trabalhista, será obrigado a pensar duas vezes, porque o investidor estrangeiro que considerar seus direitos atingidos pelas modificações poderá – a qualquer momento – recorrer ao arbítrio e exigir, se tiver direito, indenização.

Nova ordem

Os acordos para esta proteção dos investidores não são novos. Estiveram, particularmente, na moda durante a década de 1990, habitualmente em nível bilateral, e até hoje têm sido formalizados mais de 3.200. A maioria parecia imune a riscos. Protegia, principalmente, os investidores estrangeiros contra nacionalizações unilaterais.

Contudo, nos últimos anos, percebeu-se que a proteção dos interesses estrangeiros já era demais. E o primeiro exemplo que causou sensação na opinião pública – muito casos são tão técnicos a ponto de os mortais comuns não os compreender – vem da Alemanha.

O grupo empresarial energético sueco Vattenfall está exigindo indenização do governo alemão porque, após o acidente nuclear de Fukushima, no Japão, a Alemanha decidiu o fechamento de suas usinas nucleares, em duas das quais o grupo sueco tem realizado pesados investimentos.

Até o momento o veredicto não saiu, mas considera-se muito provável que a decisão será favorável ao grupo investidor sueco.

Até hoje, nesses tribunais de “arbitragem”, somente em um em cada três casos têm dado decisões favoráveis aos países. E avalia-se que os recursos a “árbitros” aumentarão se for formalizado o famigerado TTIP. A propósito, já foi iniciada nova rodada de negociações aqui, em Bruxelas, novamente de portas fechadas, novamente com ampla participação de lobistas de qualquer natureza.

Lucrando com a crise

Na mesma semana em que foram iniciadas as negociações, foi distribuída a pesquisa intitulada “Profiting from Crisis - How corporations and lawyers are scavenging profits from Europe’s crisis” (“Lucrando com a crise – como as empresas e os advogados podem lucrar com a crise da Europa”, em tradução livre), realizada e paga pelos institutos: Corporate Europe Observatory (CEO) e The Transnational Institute (TNI).

Os analistas da pesquisa apresentaram uma série de exemplos dos processos provocados pelo abalado da crise sul europeia, graças a acordos bilaterais anteriormente formalizados. Um dos exemplos claros é do Rostova Bank, da Eslováquia, o qual apressou-se para adquirir, em 2010, títulos estatais gregos, fechando os olhos à crise na qual já chafurdava a Grécia, atraído pelos extremamente elevados retornos pagos como compensação do risco elevado.

Quando foi feito o primeiro corte de dívida (PSI), os bônus gregos perderam mais de 50% de seu valor nominal. A esmagadora maioria dos investidores privados aceitou o corte. Já o Rostova Bank cerrou fileiras com os 10% dos investidores que não concordaram e, baseado em um já existente acordo bilateral sobre investimentos, apressou-se a processar o Estado grego no Tribunal de Arbitragem do Banco Mundial (Bird).

Quem pagará?

O Rostova Bank espera que vencerá, enquanto a conta será paga pelos cidadãos gregos, a exemplo dos cidadãos espanhóis, que são convocados a pagar indenizações a bancos alemães e britânicos que investiram nos projetos fotovoltaicos da Espanha e verificaram que seus lucros estão despencando, assim que o governo de Madri decidiu cortar os subsídios.

Pia Eberhardt, especialista em questões de comércio da CEO, sustenta que “já hoje, além dos investidores, os especuladores estão aproveitando os existentes acordos de TTIP para pilharem os fundos estatais dos países em crise. Se, por intermédio do TTIP, a UE proporcionar a todas as empresas esses direitos excessivos, então está sofrendo de paranóia política”.

Já Cecilia Olive, igualmente especialista em questões de comércio da TNI, observa que “está doente a Comissão Europeia defendendo os direitos, privilegiados, dos investidores em uma época em que se rouba dos cidadãos das Europa elementares direitos sociais”.

As críticas contra o TTIP não constituem novidade. Contudo, os dados da pesquisa “Lucrando com a crise...” são explosivos: “Desde já investidores estão processando países europeus por estarem ocultando lucros por causa das medidas que tomam para enfrentar a crise, enquanto, muitos processos não estão sendo decididos pelos investidores, mas impostos pelas tróicas.

De acordo com a pesquisa, as indenizações já reivindicadas pelos investidores dos países em crise já somam 1,7 trilhão de euros, e é claro que haverá continuação.

Laura Britt

Sucursal da União Europeia.

Organizado por Ernesto Germano